

Metamorfoses políticas: da social-democracia aos partidos-movimento

Political metamorphoses: from social
democracy to movement parties

theófilo codeço machado rodrigues*

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.161.008>



RESUMO

O presente artigo analisa a trajetória histórica que levou a revolucionária social-democracia do fim do século XIX à moderação exacerbada no século XXI e que teve como consequência política a recente criação daquilo que a literatura especializada convencionou chamar de partidos-movimento. A hipótese apresentada é a de que o sistema de partidos de cartel, como descrito por Katz e Mair, legitimou a emergência de novos partidos políticos no século XXI, como o Podemos na Espanha, o Syriza na Grécia, o Bloco de Esquerda em Portugal, o França Insubmissa na França e Die Linke na Alemanha. Em países de sistema majoritário de um único turno, como Reino Unido e Estados Unidos, a inovação não surgiu com uma nova organização partidária, mas sim com mudanças internas nos seus tradicionais partidos, como o Trabalhista e o Democrata, respetivamente.

Palavras-chave: Partidos-movimento. Social-democracia. Partidos políticos. Partidos de cartel. Terceira via.

ABSTRACT

This article analyses the historical trajectory that led to the revolutionary social democracy of the end of 19th century to the exacerbated moderation in the 21st century that had as political consequence the recent creation of what the specialized literature has conventionally call as movement parties. The hypothesis presented is that the system of cartel parties, as described by Katz and Mair, legitimized the emergence of new political parties in the 21st century, as Podemos in Spain, Syriza in Greece, Bloco de Esquerda in Portugal, La France Insoumise in France and Die Linke in Germany. In countries with a simple-majority single-ballot system, such as England and the United States, that innovation has not emerged with a new party organization, but rather with internal changes in its traditional parties such as Labour and the Democratic.

Keywords: Movement parties. Social democracy. Political parties. Cartel parties. Third way.

1. INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2015, Aléxis Tsípras, jovem líder do Syriza, partido fundado apenas 11 anos antes, tomou posse como primeiro-ministro da Grécia. Em novembro do mesmo ano, o Bloco de Esquerda, fundado em 1999, formou coalizão com o Partido Socialista e o Partido Comunista para dar posse ao socialista António Costa como primeiro-ministro de Portugal. No mês seguinte, dezembro de 2015, o Podemos, fundado no ano anterior, surpreendeu a Espanha ao alcançar a terceira posição nas eleições gerais do país. Com efeito, em junho daquele ano, o Podemos já havia apoiado as candidaturas municipais vitoriosas de Manuela Carmena, em Madri, e Ada Colau, em Barcelona. Além de representarem casos de sucesso eleitoral de partidos fundados recentemente, essas experiências têm uma característica em comum: todas elas caminham ideologicamente à esquerda no espectro político, por um caminho que vai além da moderação programática da atual social-democracia e do isolamento dos partidos comunistas. São os chamados partidos-movimento.

O presente artigo analisa a trajetória histórica que levou a revolucionária social-democracia do fim do século XIX à moderação exacerbada no século XXI e que teve como consequência a recente criação dos partidos-movimento. Nesse percurso, são observadas as metamorfoses da social-democracia desde a fundação do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) em 1875, passando pela II Internacional e pelo histórico Congresso de Bad Godesberg em 1959, quando, afinal, o marxismo foi retirado de seu programa. Essa moderação programática da esquerda dá um salto adiante na década de 1970 com o surgimento do eurocomunismo, *aggiornamento* realizado no interior dos partidos comunistas da Europa Ocidental. Mas não era apenas a esquerda que se atualizava. Partidos conservadores também reorientaram seus programas a partir da década de 1980, sendo os casos mais exemplares o Partido Conservador sob Margaret Thatcher no Reino Unido e o Partido Republicano de Ronald Reagan nos Estados Unidos, ambos implementando a economia política do neoliberalismo. Esse neoliberalismo disputou a hegemonia de fato, e a própria social-democracia, em vez de combatê-lo, como seria o esperado, incorporou-o em seu programa econômico. É isso que na década de 1990 será chamado de terceira via, experiência operada por Bill Clinton, no Partido Democrata dos EUA, Tony Blair, no Partido Trabalhista britânico, e Gerhard Schröder, no SPD da Alemanha, entre tantos outros. A social-democracia, que nasceu do marxismo revolucionário, chegou ao século XXI com um programa neoliberal, resignificado em torno da terceira via. Dessas metamorfoses políticas emergem os partidos-movimento. Entre as experiências investigadas estão não apenas partidos políticos novos, como o Podemos na Espanha, o Syriza na Grécia, o Bloco de Esquerda (BE) em Portugal, a França Insubmissa na França e Die Linke na Alemanha, mas também mudanças internas em partidos tradicionais, como o avanço de Bernie Sanders no Partido Democrata estadunidense e de Jeremy Corbyn no Partido Trabalhista britânico. A hipótese aqui apresentada é a de que, ao moderar o programa e girar para o centro político em busca da ampliação de votos, a social-democracia

A hipótese aqui apresentada é a de que, ao moderar o programa e girar para o centro político em busca da ampliação de votos, a social-democracia tradicional perdeu considerável parcela de um eleitorado com quem mantinha identidade partidária. Esse eleitorado migrou para os chamados partidos-movimento

tradicional perdeu considerável parcela de um eleitorado com quem mantinha identidade partidária. Esse eleitorado migrou para os chamados partidos-movimento.

2. A AFIRMAÇÃO SOCIAL-DEMOCRATA

Embora Marx mencione, tanto no *Manifesto comunista* quanto em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, a existência de um partido social-democrata na França de 1848¹, há certo consenso na literatura de que a social-democracia nasceu como partido político na Alemanha em fins do século XIX. No Congresso de Gotha, realizado em 1875, reuniram-se em torno do SPD duas importantes organizações operárias da época: o Partido Operário Social-Democrata, liderado por Bebel e Liebknecht, e a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, influenciada pelas ideias de Lassalle. Como se sabe, Marx e Engels foram críticos da versão original do programa daquele congresso, mas concordavam com a necessidade da fusão dos movimentos em um único partido. Afinal de contas, como diz Marx (2012, p. 20) em sua carta a Wilhelm Bracke, “cada passo do movimento real é mais importante do que uma dúzia de programas”.

A crítica de Marx e Engels era desferida até mesmo contra o nome do novo partido. De acordo com Engels (apud LÊNIN, 2017, p. 105), os dois preferiam a palavra *comunista*, pois a expressão *social-democrata* era “inadequada para um partido cujo programa econômico não é meramente socialista em geral, mas diretamente comunista, e cujo objetivo político final é a superação de todo Estado, portanto, também da democracia”. No entanto, a grande tensão que esteve presente no seio da social-demo-

1 Em nota à edição inglesa de 1888 do *Manifesto comunista*, Engels diz que “o nome *social-democrata* significava, para seus criadores, a parte do Partido Democrático ou Republicano com tendências mais ou menos socialistas” (MARX; ENGELS, 2010, p. 68). Já em *O 18 de brumário...*, Marx sustenta que “para enfrentar a burguesia coligada, formara-se uma coalizão de pequeno-burgueses e trabalhadores, o chamado Partido Social-Democrata” (MARX, 2011, p. 62).

cracia desde sua gênese sempre foi entre reforma e revolução, entre disputar a administração do Estado ou transformá-lo com o objetivo de sua extinção. A crítica ao programa de Gotha, elaborada por Marx, tratava desse tema. Marx era mais próximo do grupo de Bebel e Liebknecht e não aceitava o “estatismo” lassalliano proposto por aquele programa, em que se lia que a subvenção estatal contribuiria para a solução da questão social (MARX, 2012).

A crise interna oriunda desse debate, ainda que sobre outras nuances, teve continuidade a partir de então. Bem antes de sua polêmica com Rosa Luxemburgo, Bernstein e outras lideranças do SPD já haviam publicado, em 1878, um artigo em que defendiam “uma revisão da política do partido, o abandono do caráter estritamente operário, das tendências demasiado revolucionárias” (LÖWY, 2012, p. 203). Em resposta ao artigo, Marx e Engels exigiram da direção do partido — Bebel, Bracke e Liebknecht eram os principais dirigentes — a condenação dessas tendências reformistas. Apesar desse conflito, Marx e Engels permaneceram envolvidos com o SPD, ainda que a distância.

Após a morte de Marx, em 1883, Engels manteve-se como a grande influência teórica por trás do partido, ainda que não diretamente atuante em sua estrutura de direção. Foi de Engels, por exemplo, que partiu a iniciativa de criação da II Internacional, em 1889. Assim como Marx havia feito em 1875 com a *Crítica ao programa de Gotha*, Engels também produziu uma rigorosa crítica ao programa do SPD debatido no Congresso de Erfurt, em 1891. Não obstante a avaliação de que o programa de Erfurt seria um avanço em relação ao de Gotha, já que o “estatismo” lassalliano havia sido deixado para trás, Engels considerava: “as reivindicações políticas do projeto têm um grande defeito. Aquilo que propriamente devia ser dito *não está lá*”, o que *demonstra* “o oportunismo que grassa numa grande parte da imprensa social-democrata” (ENGELS, 1982). Seja como for, Engels foi um entusiasta da experiência eleitoral dos sociais-democratas. Em texto de 1895, ano de sua morte, Engels explicou as razões de seu entusiasmo: “O crescimento espantoso do partido apresenta-se aos olhos do mundo em números incontestáveis. Em 1871: 102 mil; em 1874: 353 mil; em 1877: 493 mil votos social-democratas [...] em 1884: 550 mil; em 1887: 763 mil; em 1890: 1,427 milhão de votos” (ENGELS, 2012, p. 20).

O que Engels percebeu foi que o direito de voto era uma arma da qual os sociais-democratas não deveriam abrir mão. Em sua opinião, o SPD havia mostrado “aos colegas de todos os países uma das suas armas mais afiadas, ensinando-lhes como fazer uso do direito

de voto universal” (ENGELS, 2012, p. 20). Engels observou que as condições de luta haviam se alterado profundamente entre 1848 e 1895. Por diversas razões, as lutas de barricadas nas ruas das cidades tornaram-se antiquadas. A reforma urbana que modificou a estrutura das cidades alargando ruas, o transporte ferroviário capaz de deslocar exércitos com extrema velocidade e os novos armamentos adquiridos pelas tropas são algumas das razões pelas quais Engels considerava inadequada a luta física dos operários contra o Estado naqueles novos tempos, ao menos enquanto não tivesse o Exército ao seu lado. Por outro lado, o direito de voto colocou à disposição dos representantes da social-democracia “uma tribuna no Parlamento, do alto da qual podiam dirigir a palavra tanto a seus adversários no Parlamento como às massas do lado de fora com muito mais autoridade e liberdade do que quando falam para a imprensa ou em reuniões” (ENGELS, 2012, p. 22). Ressalte-se, no entanto, que isso não significava que a via eleitoral deveria se transformar em princípio ou estratégia universalizante para a social-democracia. Em carta endereçada a Lafargue, pouco antes de morrer, Engels criticou o fato de seu texto ter sido desvirtuado e divulgado por Liebknecht num sentido legalista, pacifista e eleitoreiro. Sua proposta não era estratégica, mas sim tática, circunscrita histórica e geograficamente: “essa tática, eu só a preconizo para a Alemanha de hoje e ainda assim com muita reserva. Para a França, a Bélgica, a Itália, a Áustria, essa tática não poderia ser inteiramente seguida e, para a Alemanha, ela poderá amanhã se tornar inaplicável” (ENGELS apud MORAES, 2001, p. 37). A via eleitoral não era um fim em si mesmo, mas uma tática de acumulação de forças para ter o Exército ao seu lado no dia em que a violência revolucionária fosse necessária (STEINBERG, 1982). Apesar do alerta de Engels, o que foi amplamente divulgado pelo SPD foi a versão moderada de Liebknecht. Assim, sob a imprecisão ou má compreensão da influência de um de seus principais líderes teóricos, o movimento social-democrata passou a priorizar a via eleitoral para o socialismo.

Após a morte de Engels, foi Kautsky quem assumiu o papel de principal líder teórico da social-democracia no cenário europeu. Mas sua liderança não foi suficiente para impedir que as divisões no interior da II Internacional se aprofundassem. Nesse período, que vai até o início da Primeira Guerra, ao menos quatro correntes disputavam os rumos socialistas: o marxismo “ortodoxo” de Kautsky e Bebel; o revisionismo de Bernstein; a nova esquerda de Rosa Luxemburgo e Anton Pannekoek; e o sindicalismo revolucionário do socialismo francês e italiano (WALDENBERG, 1982).

Partidos social-democratas surgiam por toda a Europa e, de um modo ou de outro, reproduziam essas divisões. No caso russo, a polarização no interior do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) deu-se entre os reformistas mencheviques e os revolucionários bolcheviques, divisão que ocorreu no Segundo Congresso do partido, em 1903. Lênin, o líder bolchevique dentre os sociais-democratas russos, entendia-se próximo à corrente do marxismo “ortodoxo” — é o que dizia em *Dois táticas da social-democracia na revolução democrática*, texto de 1905. “Onde e quando pretendi eu criar, na social-democracia internacional, uma tendência especial, *não idêntica* à tendência

de Bebel e de Kautsky?”, perguntava Lênin (1980, p. 418) ao ser acusado de radicalismo.

Apesar dos conflitos, até a Primeira Guerra todos participavam do mesmo movimento social-democrata referenciado na II Internacional. Foi com a eclosão da guerra que o contexto se alterou. O SPD e outros partidos social-democratas apoiaram no parlamento a entrada de seus países na guerra, algo que os bolcheviques jamais perdoaram. A guerra paralisou a solidariedade entre os partidos social-democratas, de modo que, em 1916, a II Internacional foi dissolvida. Após a Revolução Russa, no ano seguinte, um novo centro de poder político para o movimento socialista surgiu, e, em 1919, foi organizada a III Internacional, ou Internacional Comunista, sob a direção dos bolcheviques russos. A partir daí o antigo movimento social-democrata passou a oficialmente estar dividido em dois polos: os sociais-democratas da antiga II Internacional, atualmente chamada de Internacional Socialista; e os comunistas da III Internacional, organizados em torno da União Soviética (JOHNSTONE, 1985; AGOSTI, 1985).

O SPD, centro gravitacional incontestável do marxismo europeu e mundial até 1914, também se reorganizou após o fim da guerra (THERBORN, 2012). Kautsky, que nos últimos anos havia caminhado para uma posição centrista e reformista, passou a ser chamado de “renegado” por Lênin (1971). Por discordar da prática do novo partido, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht abandonaram a legenda e fundaram, em dezembro de 1918, o Partido Comunista da Alemanha. Em consequência de suas posições políticas, os dois foram assassinados duas semanas depois, em janeiro de 1919 (HOBSBAWM, 1995). No mesmo ano tem início na Alemanha a República de Weimar, período histórico que durou até a emergência do nazismo no país, em 1933. Seu primeiro presidente foi, inesperadamente, Friedrich Ebert, do SPD, entre 1919 e 1925.

Fotos: Divulgação



Podemos (Espanha), Syriza (Grécia) e Bloco de Esquerda (Portugal): exemplos de partidos-movimento.

Como se pode ver, no mesmo momento histórico, a social-democracia chegava ao poder pela via revolucionária na Rússia e pela via eleitoral na Alemanha. Contudo, o que a história demonstrou foi que não se tratava apenas de táticas distintas para a chegada ao poder. As políticas implementadas pelos dois governos foram diferentes em muitos pontos, como atesta a revolucionária Constituição Soviética de 1918, bem distante da Constituição de Weimar, malgrado esta última ter inaugurado o constitucionalismo social no direito internacional (CURY, 1998). É forte, porém reveladora, a afirmação de Hobsbawm (1985, p. 54) de que na Alemanha o velho regime restaurou-se “com uma social-democracia apaixonada e visceralmente anti-revolucionária e governista”. Mas também havia suas semelhanças teóricas na economia política, ainda que sob diversas nuances. O governo do SPD na Alemanha teve como ministro da Fazenda o economista marxista Rudolf Hilferding, formulador da teoria do “capitalismo organizado”. Para Hilferding, o “capitalismo organizado” possibilitaria a regulação e planificação da economia, o que garantiria a estabilização da sociedade. Leclercq (1981, p. 122) sugere que “através dessa teoria os dirigentes do SPD afirmam-se como homens de governo”. Já a Rússia soviética, após o fracasso do chamado “comunismo de guerra” em 1921, apostou na Nova Política Econômica (NEP), uma espécie de “capitalismo de Estado” formulado por Lênin, em que alguns meios de produção privados poderiam conviver com o Estado socialista (FERNANDES, 2017).

Como bem sabemos, na Rússia os descendentes da social-democracia mantiveram-se no poder de 1917 até o fim da URSS, em 1991. Já na Alemanha, o movimento passou por altos e baixos. Logo após o primeiro governo do SPD, na década de 1920, a Alemanha assistiu à emergência do nazismo e ao declínio da social-democracia. Após o fim da guerra a recuperação do SPD não foi fácil, fato que o levou a se repensar, como ocorreu no histórico Congresso de Bad Godesberg, em 1959, quando o partido abdicou em seu programa de todos os velhos laços com o marxismo. O resultado veio em 1969, com a volta ao poder do SPD, momento em que houve a eleição de Willy Brandt para chanceler, cargo que exerceu até 1974, e, na sequência, de Helmut Schmidt (1974 a 1982) (DUVE, 1989).

Decerto, não foi apenas nesses dois países que a social-democracia se desenvolveu. Na França, um marco para a sua estruturação foi a formação da Seção Francesa da Internacional Operária (SFIO). A SFIO surge em 1905, após um apelo da II Internacional para que os socialistas franceses se unissem. Agrupava o Partido Socialista Francês, o Partido Socialista da França e o Partido Operário Socialista Revolucionário, sob a liderança de Jean Jaurès (JOFFILY, 2012). Jaurès foi assassinado em 1914, e em seu lugar assumiu a direção do partido Léon Blum. Influenciada pela Revolução Russa, uma parcela considerável deixou a SFIO em 1920 para formar o Partido Comunista Francês (PCF). Após a Segunda Guerra, a SFIO conseguiu eleger para presidente do país Vincent Auriol, cujo mandato transcorreu entre 1947 e 1954. Apesar dessa vitória, o PCF superou a SFIO nos anos seguintes, o que obrigou à refundação desta em 1969, como Partido Socialista (PS). Com a eleição de François Mitterrand para líder do partido, em 1971, a social-democracia ultrapassou o

PCF em tamanho. Mais do que isso, Mitterrand deu um passo além ao conseguir algo até então impossível: estabeleceu uma aliança entre o PS e o PCF e formulou um Programa Comum entre os dois partidos (STRAUSS-KAHN, 1989). Assim, com o apoio do PCF, em 1981 Mitterrand foi eleito presidente do país, posto que ocupou até 1995. Com François Hollande, o PS voltou à Presidência, entre 2012 e 2017.

O caso britânico talvez seja o mais importante em que a social-democracia germinou fora do ambiente do marxismo. Fundada em 1884, a Sociedade Fabiana adotou um reformismo socialista de intelectuais de classe média que obteve bastante sucesso no país e foi influência decisiva na formação do Partido Trabalhista, em 1900 (BARKER, 1982). Hobsbawm (1985, p. 112) demonstra como “os reformistas afirmavam, com Bernstein e os fabianos, que não tinha sentido falar de revolução quando o capitalismo parecia durar mais do que se poderia prever”. De fato, os trabalhistas faziam questão de manter distância não apenas do socialismo soviético, mas também do europeu. E foi assim que chegaram ao poder com MacDonald como primeiro-ministro em 1924 e de 1929 a 1935. Mas foi com Clement Attlee, primeiro-ministro entre 1945 e 1951, que o Partido Trabalhista assumiu um programa realmente social-democrata e criou as bases do Estado de bem-estar social no Reino Unido. Attlee criou, com base no Plano Beveridge, o National Health Service Act, “um sistema nacional, universal e gratuito de assistência médica, financiado pelo orçamento fiscal” (FIORI, 1997, p. 133). Foi nesse momento que o *welfare state* surgiu como fenômeno histórico e como principal programa da social-democracia para o século XX (ESPING-ANDERSEN, 1991; LOSURDO, 2016). Do outro lado do Atlântico, também não foi o marxismo que inspirou o desenvolvimento da social-democracia. Nos Estados Unidos, cuja formação social foi bem diferente da europeia, o movimento sindical manteve-se por muito tempo distante da luta política. Foi apenas após a grande crise econômica de 1929 e a ampliação do Estado derivada do New Deal de Roosevelt que o movimento sindical passou a intervir na luta política. Mas a opção não foi a de fundar um novo partido de massas, mas sim a de participar internamente do Partido Democrata, identificado com o New Deal (LOWENTHAL, 1982).

Przeworski foi, provavelmente, o melhor intérprete dessa trajetória da social-democracia ao longo do século XX. O polonês argumenta que o jogo democrático de via eleitoral exige uma regra simples: para governar, o partido político precisa obter 50% mais 1 dos votos disponíveis. A social-democracia teria encontrado aí um problema: pretendia ser um partido da classe trabalhadora urbana, o proletariado, no entanto essa classe nunca representou mais de 50% de nenhuma sociedade. Essa condição concreta impôs aos partidos social-democratas um dilema: “ter um partido homogêneo em termos de apelo a uma classe, mas condenado à perpétua derrota eleitoral ou um partido que luta pelo êxito eleitoral às custas da diluição de seu caráter de classe” (PRZEWORSKI, 1989, p. 39). A decisão foi participar de governos, ainda que de forma minoritária. Como minoritários nas coalizões, os sociais-democratas não conseguiram a aprovação parlamentar necessária para implementar o programa econômico que tinham planejado: a socialização ou nacionalização dos meios de pro-

No decorrer do século XX, a social-democracia, aquela referenciada na II Internacional, abandonou a defesa da nacionalização e socialização dos meios de produção, deixou de ser reformista e retirou de seu programa o marxismo

dução. Estavam, portanto, desarmados de um programa econômico para essa conjuntura política. Foi assim que a teoria keynesiana surgiu na década de 1930 como a salvação da social-democracia. Como sugere Przeworski (1989, p. 53), “o Keynesianismo era não só uma teoria que justificava a participação socialista no governo, mas [...] era também uma teoria que de súbito conferia um caráter universalista aos interesses dos trabalhadores”. Por keynesianismo entende-se uma política estatal de regulação da economia para atenuar os efeitos do livre mercado capitalista, mas sem impedir sua existência. As nacionalizações não seriam necessárias; ao Estado caberia, no máximo, o controle de setores econômicos deficitários. Ao aceitar esse programa econômico, a social-democracia abriu mão até mesmo do reformismo, já que, ao controlar apenas os setores econômicos deficitários, o Estado não teria condições de conduzir novas reformas. Com a teoria keynesiana estavam prontas as bases para a conciliação entre as classes proposta pela social-democracia e em vigor ainda hoje: consente-se no direito de propriedade privada com a esperança de que os lucros do capital sejam poupados, investidos, transformados em capacidade produtiva e parcialmente distribuídos. Esse é o cenário que leva Przeworski (1989, p. 61) a concluir que “os social-democratas não conduzirão as sociedades europeias ao socialismo”.

No decorrer do século XX, a social-democracia, aquela referenciada na II Internacional, abandonou a defesa da nacionalização e socialização dos meios de produção, deixou de ser reformista e retirou de seu programa o marxismo. Mas as mudanças à esquerda no espectro político não ocorriam apenas ali. Entre os comunistas que vinham da III Internacional, algo de novo surgiu na década de 1970: o eurocomunismo.

3. O AGGIORNAMENTO EUROCOMUNISTA

Na década de 1970, uma nova metamorfose política passou a ocorrer no movimento socialista da Europa Ocidental. Enquanto a social-democracia crescia, os partidos comunistas declinavam. Não pretendiam abandonar o marxismo e o comunismo, mas não podiam apenas seguir, no contexto democrático, o modelo soviético e

as orientações da URSS. Uma atualização programática seria necessária se quisessem disputar efetivamente a via eleitoral nesses países. Esse *aggiornamento* ficou conhecido como eurocomunismo.

De certo modo, o eurocomunismo da década de 1970 teve sua gênese no turbulento 1968. Naquele ano, os estudantes clamavam por liberdades individuais em Paris, por direitos civis nos Estados Unidos e pelo fim da ditadura militar no Brasil. E no Leste Europeu não era tão diferente, em particular na Tchecoslováquia. Ali, em janeiro de 1968, teve início o evento que ficou conhecido como Primavera de Praga. Liderado pelo presidente Alexander Dubček, o movimento tinha o objetivo de iniciar reformas democráticas no país socialista, o chamado “socialismo com rosto humano”. Essa democratização do regime gerou insatisfações na URSS, que, autorizada pelo Pacto de Varsóvia, invadiu Praga em agosto e depôs Dubček. Com a invasão do país e o sufocamento da Primavera de Praga, Brejnev, dirigente da URSS, dava início à “Doutrina da soberania limitada”. Por essa doutrina, a URSS permitia-se intervir em qualquer evento compreendido como uma ameaça ao socialismo (PONS, 2014). Se no Leste Europeu praticamente todos concordaram com a invasão, na Europa Ocidental ocorreu o oposto. Partidos comunistas como o francês, o italiano e o espanhol acusaram abertamente a invasão como uma intromissão em assuntos internos de outros partidos. A crise no movimento comunista tinha início. Luigi Longo, secretário-geral do Partido Comunista Italiano (PCI), condenou a invasão e prestou solidariedade à iniciativa de Dubček: “os camaradas tchecoslovacos seguiram uma linha que excluía qualquer retorno aos métodos autoritários, burocráticos, administrativos e repressivos, e que concentrava todos os esforços numa perspectiva do desenvolvimento da democracia no partido” (LONGO, 1970, p. 116). Em intervenção na Conferência Internacional de Moscou, realizada em 1969, o secretário-geral do Partido Comunista Espanhol (PCE), Santiago Carrillo, advogou em defesa de Dubček ao declarar que “não existe Meca do socialismo” e que a unidade do movimento comunista internacional “só pode ser alcançada através da plena independência dos partidos na elaboração de sua linha política, na aplicação dos princípios gerais do marxismo-leninismo às condições concretas de seu país” (CARRILLO, 1970, p. 95). Na França, a situação foi mais contraditória. Embora o PCF tenha publicado uma nota de reprovação da invasão no mesmo dia em que ela ocorreu, o filósofo e dirigente partidário Roger Garaudy acabou expulso do partido no ano seguinte por ter elevado o tom das críticas à URSS.

Em perspectiva histórica, a consequência mais visível da repressão à Primavera de Praga foi o distanciamento político entre os partidos comunistas do Leste Europeu e os da Europa Ocidental. O ápice desse distanciamento foi a realização de uma série de reuniões entre PCI, PCF e PCE ocorridas entre 1975 e 1976 e que deu vida ao fenômeno do eurocomunismo. Conforme Pons (2014, p. 508), “muito mais do que movimento dotado de precisa plataforma, o eurocomunismo se configurava como aliança estabelecida em torno do distanciamento do modelo soviético e do reconhecimento do valor da democracia ocidental”.

O PCI era o partido cuja trajetória ao eurocomunismo parecia ser a mais óbvia. Fundado por Antonio Gramsci, Amadeo Bordiga e Palmiro Togliatti em 1921, o partido tinha no primeiro uma referência no debate sobre as diferenças entre a construção do socialismo no Oriente e no Ocidente. A história é bem conhecida: diferentemente de Gramsci e Togliatti, Bordiga, primeiro secretário-geral do partido, mantinha uma postura muito ríspida contra a participação no parlamento, o que levou ao seu isolamento interno². Gramsci assumiu então a direção do PCI em 1924. Com a prisão dele em 1927, Togliatti tornou-se secretário-geral e lá permaneceu, com uma breve interrupção, até sua morte, em 1964. Parceiro político e intelectual de Gramsci, Togliatti partiu da fundamentação teórica do sardo para formular a chamada “via italiana para o socialismo”, em 1956. Nesse documento, Togliatti (1980, p. 154) explicava: “caminho italiano é um caminho de desenvolvimento para o socialismo [...] que prevê um desenvolvimento no terreno democrático, de fortalecimento da democracia e de sua evolução no sentido de determinadas e profundas reformas sociais”. Com a morte de Togliatti, Luigi Longo torna-se o novo secretário-geral do partido até 1972. É durante o seu mandato que o PCI enfrenta de forma polêmica a questão da Primavera de Praga e passa a se distanciar da URSS. Contudo, é com seu sucessor, Enrico Berlinguer, que a situação atinge sua feição mais radical, tanto na política quanto na teoria. Impressionado pelo assassinato de Allende e a derrota dos socialistas no Chile, em 1973, Berlinguer elaborou a tese que ficou conhecida como “compromisso histórico”, uma aliança entre os comunistas e os conservadores da Democracia Cristã. O argumento de Berlinguer (1976, p. 76) era o de que o projeto comunista na Itália exigiria não apenas “uma política de largas alianças sociais, mas também um determinado sistema de relações políticas, capaz de favorecer uma convergência e uma colaboração entre todas as forças democráticas e populares”. Dito de outra maneira, Berlinguer queria criar as condições para que seu partido não fosse apeado do poder caso vencesse as eleições, tal qual ocorreu no Chile. Já na teoria, a inflexão ocorreu em 1977, quando ele declarou que a democracia seria um “valor universal”, algo impensável para o marxismo até então. Em suas palavras, “a democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é forçado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual se deve fundar uma original sociedade socialista” (BERLINGUER, 2009, p. 116).

Na Espanha, o principal impulsionador do eurocomunismo foi o secretário-geral do PCE, Santiago Carrillo. Pelo menos desde 1969, com a crise da Primavera de Praga, Carrillo já demonstrava pensar nessa necessidade de atualização programática. No já mencionado discurso na Conferência Internacional de Moscou feito naquele ano, Carrillo (1970, p. 92) indicava que os partidos comunistas deveriam ter a “disposição de realizar o que os católicos chamaram de *aggiornamento*, ou seja, de atualizar, com espírito revolucionário criador, a teoria e a ação política marxista-leninista”. Mas foi com a publicação de *Eurocomunismo e Estado*, em 1977, que Carrillo demarcou seu

2 O próprio Lênin (2004) acusou a prática esquerdista de Bordiga em seu clássico *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*.

posicionamento em favor do novo movimento político em direção ao socialismo. Na obra, Carrillo explica que os partidos eurocomunistas concordam que a caminhada ao socialismo exige “democracia, pluralidade partidária, parlamento e instituições representativas, soberania popular exercida regularmente através do sufrágio universal, sindicatos independentes do Estado e dos partidos, liberdade para a oposição, direitos humanos” (CARRILLO, 1978, p. 100).

Havia, claro, quem sugerisse que o eurocomunismo não passaria de uma volta ao passado, de uma transição do partido comunista em direção à social-democracia (SALVADORI, 1978). Diante desse tipo de crítica, Carrillo (1978, p. 94) argumentava que social-democracia e eurocomunismo são projetos distintos, pois “o que se denomina vulgarmente eurocomunismo propõe-se transformar a sociedade capitalista, não administrá-la; elaborar uma alternativa socialista ao sistema do capital monopolista de Estado, não integrar-se neste e ser uma de suas variantes de governo”. Mas, como era de se esperar, o eurocomunismo não foi um movimento político homogêneo. A literatura especializada identifica ao menos duas grandes tendências em seu interior, uma de esquerda e outra de direita. Enquanto os já mencionados Carrillo e Berlinguer constituiriam o que poderia ser chamado de direita eurocomunista, Nicos Poulantzas e Pietro Ingrao comporiam a esquerda eurocomunista (MOTTA, 2014).

Se na década de 1970 o eurocomunismo simbolizou certa vitalidade e renovação teórica do PCI, PCF e PCE, do ponto de vista político o mesmo não poderia ser dito. A partir do fim da década de 1970, esses partidos nunca mais foram os mesmos eleitoralmente: tornaram-se subordinados à social-democracia ou desapareceram. Ao mesmo tempo, do outro lado do espectro político, um *aggiornamento* de outro tipo ocorria: o neoliberalismo.

4. A NEGAÇÃO NEOLIBERAL

Como teoria política, diferentemente do liberalismo clássico, o neoliberalismo surgiu em meados do século XX em resposta à intervenção política na economia derivada do *welfare state* na Europa e do New Deal nos Estados Unidos. Do ponto de vista teórico, tratava-se do contraponto mais radical ao pensamento socialista e ao keynesiano. *O caminho da servidão*, livro do austríaco Friedrich Hayek publicado em 1944, é um marco desse debate na Europa. Ao mesmo tempo, nos Estados Unidos o economista Milton Friedman organizava a famosa escola de economia da Universidade de Chicago. Apesar de a teoria neoliberal ganhar corpo na década de 1940, somente após a crise do *welfare state*, em meados da década de 1970, é que ela terá capacidade real de intervenção política.

A primeira tentativa de entrada do pensamento neoliberal na política veio em 1964 com a participação de Friedman na campanha presidencial de Barry Goldwater, senador conservador do Arizona. Mas o radicalismo econômico de Friedman e Goldwater foi derrotado e o democrata Lyndon Johnson consagrou-se vitorio-

so com larga diferença de votos. A sociedade estadunidense ainda não estava pronta para o avanço neoliberal, para a redução de políticas sociais e de investimentos públicos. Em 1968, o republicano Richard Nixon venceu a eleição e Friedman tornou-se seu conselheiro econômico, mas o próprio Nixon não estava convencido das ideias neoliberais. Em meados da década de 1970 a situação começou a mudar. A crise do petróleo em 1973 criou obstáculos para o financiamento da política intervencionista do Estado, o que levou Hobsbawm (1995) a demarcar ali o término dos anos dourados, o fim dos 30 anos de sucesso do *welfare state*. Nesse registro, fazia sentido a ascensão e consagração daqueles que sempre criticaram a política intervencionista. Em 1974 e em 1976, Hayek e Friedman, respectivamente, venceram o Prêmio Nobel de Economia.

Contudo, não foi nem na Europa nem nos Estados Unidos a primeira aplicação prática da economia política neoliberal, mas sim na América do Sul, mais precisamente no Chile. Após o golpe contra o governo de Salvador Allende em 1973, o general Augusto Pinochet construiu uma ditadura que durou até 1990. Pinochet recrutou uma série de jovens economistas discípulos de Friedman, os chamados *Chicago boys*, para organizarem a política econômica de seu governo. Segundo Anderson (1995, p. 19), “o Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos”. Estabelecido o laboratório neoliberal no Chile, os países do Norte estavam aptos a aplicar a nova política econômica. Margaret Thatcher tornou-se primeira-ministra do Reino Unido em 1979, reeleita ainda em 1983 e 1987. Permaneceu no poder, portanto, por toda a década de 1980. E nesse período aplicou a economia política neoliberal como em nenhum outro lugar do mundo: contraiu a emissão monetária, elevou taxas de juros, baixou impostos sobre rendimentos altos, aboliu controles sobre fluxos financeiros, cortou gastos sociais e impôs uma nova legislação antissindical, além de um amplo programa de privatização das empresas públicas (ANDERSON, 1995, p. 12). O mesmo ocorreu do outro lado do Atlântico com a vitória presidencial de Ronald Reagan, em 1980, nos Estados Unidos. A mensagem neoliberal se espalhou ainda pela Europa, com os governos, eleitos em 1982, de Helmut Kohl, na Alemanha, e Poul Schlüter, na Dinamarca.

Até aqui, todos esses países que aplicaram o modelo neoliberal eram governados por partidos conservadores, da direita do espectro político. No entanto, o que torna a política neoliberal hegemônica a partir desse momento é o fato de até mesmo países do sul da Europa governados por partidos social-democratas passarem a aplicar certas ideias do modelo de Hayek e Friedman. Foi o que ocorreu na década de 1980 em países como a França, Portugal, Espanha, Itália e Grécia, governados pelos socialistas François Mitterrand, Mário Soares, Felipe González, Bettino Craxi e Andréas Papandréou, respectivamente (ANDERSON, 1995). Mas foi na década de 1990 que a social-democracia assimilou não apenas em sua práxis, mas também em seu programa, a economia política do neoliberalismo (WAINWRIGHT, 1998).

5. A TERCEIRA VIA COMO SÍNTESE

Essa mutação pela qual passou a social-democracia na virada da década de 1980 para a década de 1990 foi mais bem observada e sistematizada pelo sociólogo inglês Anthony Giddens com seu conceito de *terceira via*. O contexto histórico certamente influenciou. O comunismo entrava em colapso, o Muro de Berlim caía em 1989 e a União Soviética chegava ao seu fim após um pouco mais de 70 anos de existência. Um novo momento histórico emergia e a esquerda, intelectual e política, se repensava. Exemplar desse período de debate sobre os novos rumos da social-democracia foi a publicação da coletânea *Reinventando a esquerda*, organizada por David Miliband em 1994. Nas palavras de Miliband (1997, p. 17), na introdução dessa obra, “a fraqueza e o colapso final do comunismo durante a década de 1980 foram concomitantes com o reconhecimento virtualmente universal na esquerda europeia ocidental” de que a social-democracia mantinha uma “base incompleta para enfrentar os desafios sociais, econômicos, ambientais e políticos da década de 1990”.

Os diagnósticos sobre essa transição programática da social-democracia foram os mais variados. Parcela da literatura assegura que as raízes dessa transição estavam presentes desde a década de 1970 (KITSCHOLT, 1994). Mas foi o diagnóstico formulado por Giddens, seguramente, aquele que obteve mais sucesso. Em 1994, com a publicação de *Para além da esquerda e da direita*, o sociólogo britânico deu um primeiro passo na construção teórica do que seria o novo programa social-democrata. A emergência da globalização e da sociedade pós-tradicional contingenciam o novo fazer político. Nesse novo cenário, o *welfare state*, por exemplo, não é mais a política pública protagonista da agenda, tal como foi para a social-democracia até os anos 1980 (GIDDENS, 1996). Esse trabalho, contudo, ainda é demasiadamente teórico ou sociológico. Foi com *A terceira via* que Giddens caminhou mais objetivamente para a intervenção política. Publicado em 1998, o livro parte do pressuposto de que o programa social-democrata precisa ser atualizado, pois o mundo pós-queda do muro teria mostrado que não há mais alternativas ao capitalismo. Sob esse registro, Giddens (2001, p. 7) apresenta algumas das causas que levaram ao debate sobre essa atualização programática: “a dissolução do ‘consenso do *welfare*’ que dominou os países industrializados até o final da década de 1970, o descrédito final do marxismo e as mudanças muito profundas, econômicas e tecnológicas”. Em Giddens, essa atualização programática da social-democracia gera um novo movimento político denominado terceira via. Trata-se de uma “terceira via” na medida em que esse movimento “é uma tentativa de transcender tanto a social-democracia do velho estilo quanto o neoliberalismo” (GIDDENS, 2001, p. 36).

As ideias de Giddens não eram mera abstração teórica. Com efeito, o sociólogo britânico estava conectado com mudanças que efetivamente ocorriam no seio de alguns partidos políticos, em particular no Partido Trabalhista britânico. Numa relação dialética entre teoria e política, Giddens e Tony Blair abriram as portas para a emergência da terceira via como política de Estado em fins da década de 1990. Cabe aqui

Além de Blair no Reino Unido e Fernando Henrique Cardoso no Brasil, podem ser considerados exemplos de governantes que implementaram a terceira via na transição do século XX para o XXI Bill Clinton, no Partido Democrata dos EUA, Ricardo Lagos, no Partido Socialista do Chile, e Gerhard Schröder, no SPD alemão. O que une todos é a moderação programática em relação à social-democracia do passado e a incorporação da agenda neoliberal em suas políticas econômicas

uma contextualização: os conservadores governaram o Reino Unido com a política econômica neoliberal entre 1979 e 1997, primeiro com Margaret Thatcher, e, em seguida, com John Major. Para retomar o governo, os trabalhistas apostaram em uma renovação. Indicaram Blair, em 1994, como líder da oposição e passaram a construir as bases programáticas do que viria a ser o Novo Trabalhismo. Com a eleição de Blair como primeiro-ministro, em 1997, a agenda do Novo Trabalhismo passou a ser implementada. Esse Novo Trabalhismo representava aquilo que a terceira via de Giddens propugnava.

No entanto, antes de ser identificado como uma clara ruptura com a economia política dos conservadores, ou como uma transcendência para além da esquerda e da direita, o Novo Trabalhismo pode ser entendido como uma adaptação à hegemonia neoliberal. Seguindo por essa mesma trilha, Wainwright (1998, p. 11) observa que “Tony Blair, na Grã-Bretanha, e Fernando Henrique, no Brasil, adaptaram-se quase que acriticamente ao consenso neoliberal”. Uma anedota contada pelo deputado conservador Conor Burns no jornal *The Telegraph* traduz bem essa assimilação neoliberal. Em um jantar em 2002, diz Burns, questionaram Thatcher sobre qual teria sido sua principal conquista. A ex-primeira-ministra respondeu: “Tony Blair e o Novo Trabalhismo. Nós forçamos nossos adversários a mudar” (BURNS, 2013, tradução nossa).

Além de Blair no Reino Unido e Fernando Henrique Cardoso no Brasil, podem ser considerados exemplos de governantes que implementaram a terceira via na transição do século XX para o XXI Bill Clinton, no Partido Democrata dos EUA, Ricardo Lagos, no Partido Socialista do Chile, e Gerhard Schröder, no SPD alemão. O que une todos é a moderação programática em relação à social-democracia do passado e a incorporação da agenda neoliberal em suas políticas econômicas. Em alguns casos, como na Alemanha, partidos supostamente adversários, como a União Democrata-Cristã (CDU) e o SPD, conformam, inclusive, o mesmo governo. Assim, os programas dos conservadores e dos sociais-democratas, das direitas e das esquerdas, tornaram-se exageradamente semelhantes. A esse processo, a ciência política mais recente convencionou chamar de cartelização do sistema partidário (MAIR; KATZ, 1995). Como bem sustenta Mair (2003, p. 288), “agora se torna cada vez mais difícil os eleitores encontrarem diferenças significativas em termos de ideologia ou de objetivos entre os diferentes partidos”.

6. A EMERGÊNCIA DO PARTIDO-MOVIMENTO

Foi sob o registro desse sistema partidário altamente cartelizado que, no início do século XXI, uma nova forma partidária teve emergência: o partido-movimento. Na medida em que os tradicionais partidos políticos de esquerda e de direita passaram a adotar programas muito semelhantes — em alguns casos conformando a mesma coalizão de governo —, uma parcela relevante da sociedade civil pressionou a sociedade política por mudanças. Como veremos, essas mudanças podem ter um caráter interno — quando ocorrem no interior de um partido tradicional — ou externo — quando pressupõem a criação de um novo partido.

Por partido-movimento compreendo algumas novas formas partidárias surgidas nesse início de século XXI na esquerda do espectro político. Essas formas partidárias têm em comum diversos elementos, em graus diferenciados, que podem ser assim listados: estão programaticamente posicionadas entre o programa eurocomunista e o programa social-democrata; possuem como evento mobilizador de origem grandes protestos sociais, em particular aqueles decorrentes da crise financeira de 2008; mantêm estreitas relações com movimentos sociais; e incorporam de forma forte em suas agendas o casamento entre redistribuição econômica e os temas identitários, como gênero, juventude e questão racial. Sobre este último elemento, pode-se dizer

que há nos partidos-movimento um encontro com a teoria política de Fraser (2006) — “redistribuição e reconhecimento” — e com a de Laclau e Mouffe (2015) — “democracia radical”.

Países com sistemas eleitorais majoritários de um único turno tendem a caminhar para bipartidarismos, enquanto países sob a vigência de sistemas eleitorais proporcionais ou majoritários de dois turnos tendem a estabelecer certo multipartidarismo (DUVERGER, 1970). Entre os partidos-movimento constituídos de forma externa, ou seja, construídos como partidos novos, estão o Podemos na Espanha, o Syriza na Grécia, o França Insubmissa na França, o Bloco de Esquerda em Portugal e Die Linke na Alemanha. Todos eles criados em países de sistema de voto proporcional, misto ou majoritário de dois turnos. Já em países bipartidários, como Reino Unido e Estados Unidos, onde a criação de novos partidos é mais complexa, o caminho empreendido foi pela via interna. Entre os partidos tradicionais que internamente passaram a adotar feições de partido-movimento, podemos listar o Partido Democrata dos EUA, em virtude da corrente liderada pelo senador Bernie Sanders, e o Partido Trabalhista britânico, dirigido desde 2015 por Jeremy Corbyn.

O Podemos é, provavelmente, a experiência que reúne mais características desse tipo ideal do partido-movimento. A história é conhecida. Em 2011, abalados pela crise financeira iniciada em 2008 e responsável por enormes índices de desemprego, e críticos do sistema político, muitas vezes denunciado como corrupto, jovens de toda a Espanha iniciaram uma série de protestos. O primeiro ato ocorreu em 15 de maio de 2011, daí a alcunha 15-M. Esses manifestantes ficaram conhecidos como os Indignados. Na exata medida em que os tradicionais partidos políticos da esquerda espanhola, Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) e PCE, não ofereciam respostas para as demandas dos Indignados, não demorou para que a potência daquele movimento se institucionalizasse em um novo partido político. De acordo com um de seus líderes, o Podemos nasce “do movimento 15-M e do esgotamento dos partidos da esquerda socialista e comunista” (FERNÁNDEZ, 2018, p. 163). Em janeiro de 2014, o Podemos foi criado e, no mesmo ano, foi o quarto partido mais votado nas eleições para o Parlamento Europeu. Esse fenômeno de crescimento fez de 2014, na política espanhola, “o ano do Podemos” (BRINGEL, 2015, p. 60). No ano seguinte, Manuela Carmena e Ada Colau foram eleitas prefeitas de Madri e Barcelona, respectivamente, ambas por meio de coligações do Podemos³. Nas eleições parlamentares de 2015 e 2016, o partido se tornou a terceira força do país. Finalmente, em 2018, com o apoio do Podemos, o socialista Pedro Sánchez, do PSOE, tornou-se o primeiro-ministro da Espanha, no lugar do conservador Mariano Rajoy, do Partido Popular (PP), o que impulsionou o posicionamento do governo mais à esquerda no espectro político. O ano de 2019 foi atípico para o Podemos e determinante para uma mudança da tática política do partido. Na eleição de abril, o partido perdeu cadeiras no Legislativo e passou para a quarta posição no quadro geral. O grande

3 Ada Colau mantém relação política forte com a comunista brasileira Manuela d’Ávila (PCdoB). Na eleição municipal de Porto Alegre (RS), em 2020, Colau declarou publicamente apoio a Manuela.

vencedor foi o PSOE de Pedro Sánchez. Mas Sánchez não conseguiu articular uma aliança com o Podemos para que pudesse consolidar o posto de primeiro-ministro. Assim, o impasse obrigou a Espanha a realizar novas eleições em novembro. E mais uma vez o Podemos perdeu cadeiras, passando para a quinta posição. Fragilizado, o Podemos optou por flexibilizar seu programa e apoiar a candidatura de Sánchez como primeiro-ministro. Em troca, o líder do Podemos, Pablo Iglesias, foi nomeado primeiro-ministro do país em janeiro de 2020. Contraditoriamente, foi no declínio eleitoral que o Podemos chegou ao governo do país, ainda que de forma coadjuvante. A tabela 1 mostra esses números.

Tabela 1 — Cadeiras obtidas nas eleições legislativas da Espanha — 2008-2019

Partido	2008	2011	2015	2016	2019 (abr.)	2019 (nov.)
PP	154	186	123	137	66	88
PSOE	169	110	90	85	123	120
Podemos	-	-	69	71	42	35
Ciudadanos	-	-	40	32	57	10
Esquerda Unida ⁴	2	11	2	-	-	-
Esquerda Republicana da Catalunha	3	3	9	9	15	13
Convergência Democrática da Catalunha	10	16	8	8	7	8
Partido Nacionalista Basco	6	5	6	5	6	7
Vox	-	-	0	0	24	52
Mais País	-	-	-	-	-	3
Outros	6	19	3	3	10	14
Total	350	350	350	350	350	350

Fonte: elaboração própria do autor, com base em Espanha (2021).

Em Portugal, movimento semelhante ao espanhol ocorreu. Críticos da ortodoxia do Partido Comunista Português (PCP) e da exacerbada moderação programática do Partido Socialista (PS), mas muito pequenos para influenciar a política nacional, três grupos de esquerda decidiram-se por uma fusão em 1999: surgiu aí o Bloco de Esquerda. Apesar de ter sido criado em 1999, foi no momento do elevado desemprego no país pós-crise internacional de 2008 que ele emergiu com força entre a juventude. “O BE foi pouco a pouco monopolizando a representação de demandas novas, de temas que atraíam um eleitorado jovem, urbano, informado e educado. Tinha grande penetração, por exemplo, entre os estudantes” (MORAES, 2016, p. 44). Se na Espanha

⁴ Em 2016 e em 2019, a Esquerda Unida participou da eleição em coalizão com o Podemos.

foram os Indignados que tomaram as ruas em 2011, em Portugal foi a chamada “geração à rasca”. O Bloco ganha forças nesse contexto de alto desemprego, manifestações sociais e cartelização do sistema partidário entre os socialistas do PS e o conservador Partido Social Democrata (PSD). Como no Podemos, a questão de gênero no partido-movimento português é forte⁵. Basta dizer que entre suas principais lideranças estão quatro jovens mulheres: Catarina Martins, Marisa Matias, e as gêmeas Joana e Mariana Mortágua. Segundo Santos (2016, p. 9), o Bloco é dirigido pelas “três jovens políticas de esquerda mais brilhantes da Europa: Catarina Martins (42 anos), Marisa Matias (40 anos), eurodeputada que nas últimas eleições presidenciais obteve 10,1% dos votos, e Mariana Mortágua (30 anos), deputada no parlamento português”⁶. De modo original, após as eleições parlamentares de 2015, o Bloco ofereceu suporte para que António Costa, do PS, assumisse como primeiro-ministro de Portugal, em aliança que contou ainda com a CDU⁷. Essa coalizão, inédita na esquerda do espectro político português, ficou conhecida como a “Geringonça”, e serviu de inspiração para o apoio do Podemos ao PSOE na Espanha em 2018. Em 2019, António Costa foi reeleito, mas o governo já não contou com a mesma Geringonça do mandato anterior. Embora tenham concordado com a posse de Costa como primeiro-ministro, o PCP e o Bloco optaram não por um acordo escrito, mas sim por apoios caso a caso nas votações mais relevantes. A tabela 2 sistematiza a quantidade de cadeiras obtidas pelos partidos nas eleições legislativas gerais entre 1999 e 2019. Observa-se que o Bloco se tornou a terceira maior força do país nas eleições de 2015.

Tabela 2 — Cadeiras obtidas nas eleições legislativas de Portugal — 1999-2019

Partido	1999	2002	2005	2009	2011	2015	2019
PSD	81	105	75	81	108	89	79
PS	115	96	121	97	74	86	108
Bloco de Esquerda	2	3	8	16	8	19	19
PP	15	14	12	21	24	18	5
CDU (PCP + PEV)	17	12	14	15	16	17	12
Outros	0	0	0	0	0	1	7
Total	230	230	230	230	230	230	230

Fonte: elaboração própria do autor, com base em Portugal (2021).

5 Catarina Martins é a coordenadora do Bloco desde 2016. Ademais, na XI Convenção Nacional do partido, ocorrida em novembro de 2018, uma direção majoritariamente feminina foi eleita. Dos 80 nomes eleitos para a Mesa Nacional do Bloco, constam 41 mulheres e 39 homens.

6 Não obstante Boaventura de Sousa Santos mencione apenas as outras três, merece também destaque, por sua atuação, Joana Mortágua. Joana é a liderança do Bloco que melhor conhece a política brasileira. Não apenas tem visitado o país com frequência como tem se utilizado de sua inserção na imprensa portuguesa para prestar solidariedade aos partidos brasileiros de esquerda.

7 A Coligação Democrática Unitária (CDU) é a coligação eleitoral formada pelo PCP e pelo Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV).

Na Espanha e em Portugal os partidos-movimento ofereceram apoio parlamentar para que os tradicionais partidos da social-democracia formassem governos. Mas não se pode dizer que os governos surgidos desse processo sejam exatamente dirigidos pelos partidos-movimento. Com efeito, a Grécia consiste no único caso em que uma dessas novas formações partidárias indicou um primeiro-ministro de suas fileiras. Foi o que aconteceu com o Syriza⁸. A gênese do Syriza é semelhante às anteriores. Do encontro entre diversos partidos, organizações políticas e movimentos sociais, o Syriza foi fundado em 2004 como via alternativa à social-democracia grega, representada pelo Pasok, e ao Partido Comunista da Grécia (KKE). Seu crescimento eleitoral não demorou. Em 2014, o partido foi o mais votado nas eleições para o Parlamento Europeu, e em 2015 obteve votação suficiente para eleger Aléxis Tsípras como primeiro-ministro do país. Mas o sucesso durou pouco. Em 2019, Tsípras foi derrotado, e a Nova Democracia, partido conservador, elegeu o novo primeiro-ministro do país, Kyriákos Mitsotákis.

Tabela 3 — Cadeiras obtidas nas eleições legislativas da Grécia — 2009-2019

Partido	2009	2012 (maio)	2012 (jun.)	2015 (jan.)	2015 (set.)	2019
Syriza	13	52	71	149	145	86
Nova Democracia	91	108	129	76	75	158
Aurora Dourada	0	21	18	17	18	0
Pasok	160	41	33	13	17	22
KKE	21	26	12	15	15	15
Gregos Independentes	-	33	20	13	10	0
Solução Grega	-	-	-	-	-	10
Mera 25	-	-	-	-	-	9
Outros	15	19	17	17	20	0
Total	300	300	300	300	300	300

Fonte: elaboração própria do autor, com base em Hellenic Republic (2021).

Diferentemente dos casos anteriores, na França e na Alemanha as experiências dos partidos-movimento ainda não se realizaram plenamente sob a perspectiva eleitoral. Na Alemanha, a origem de Die Linke é complexa. Logo após o fim da Segunda Guerra, foi fundado na Alemanha Oriental o Partido Socialista Unificado da Alemanha (SED), pela fusão entre o Partido Comunista da Alemanha e o Partido Social-Democrata da Alemanha. O SED governou o lado oriental do país até 1989. Com o fim da Guerra Fria e a reunificação do país, o SED foi reformulado como um novo partido nacional: o Partido do Socialismo Democrático (PDS). Mas a década de 1990

⁸ Syriza é a abreviação grega de “Coligação da Esquerda Radical”.

foi cruel com o passado comunista do PDS e levou ao declínio eleitoral do partido. Foi para superar esse declínio que a esquerda alemã organizou um novo partido. Primeiro, em 2005, uma coligação formada pelo PDS com dissidentes da tradicional social-democracia foi formada. Em seguida, em 2007, essa coligação foi reorganizada como um novo e único partido: Die Linke. Nas eleições de 2009 e 2013, Die Linke alcançou a expressiva marca de terceiro maior partido do país. Na eleição de 2017 o partido cresceu novamente, no entanto, foi superado em número de deputados pelo Partido Democrático Liberal (FDP) e pelo partido de extrema-direita Alternativa para a Alemanha (AfD)⁹, o que levou Die Linke para a quinta posição em tamanho parlamentar. Diferentemente do que ocorreu na Espanha e em Portugal, o partido-movimento não conseguiu organizar uma aliança eleitoral com a social-democracia para formar governo. Ao contrário, a social-democracia, ou seja, o SPD, ofereceu apoio parlamentar para que sua adversária, a conservadora Angela Merkel, da CDU, fosse reconduzida como primeira-ministra do país. A Grande Coalizão, como é conhecida a aliança SPD-CDU, consolida de forma mais clara aquilo que a teoria política definiu como cartelização do sistema partidário (MAIR; KATZ, 1995). Em razão da Grande Coalizão, Die Linke encontrou um campo aberto para atuar sem concorrentes na oposição de esquerda ao regime de austeridade fiscal de Merkel (SOLTY, 2008).

Tabela 4 — Cadeiras obtidas nas eleições legislativas da Alemanha — 1990-2017

Partido	1990	1994	1998	2002	2005	2009	2013	2017
CDU	268	244	198	190	180	194	255	200
SPD	239	252	298	251	222	146	193	153
CSU	51	50	47	58	46	45	56	46
Aliança 90 / Os Verdes	8	49	47	55	51	68	63	67
PDS / Die Linke	17	30	36	2	54	76	64	69
FDP	79	47	43	47	61	93	0	80
AfD	-	-	-	-	-	-	0	94
Total ¹⁰	662	672	669	603	614	622	631	709

Fonte: elaboração própria do autor, com base em Germany (2021).

9 O AfD é um partido político de extrema-direita criado em 2013. Na sua primeira eleição, em 2013, não conseguiu superar a cláusula de barreira para ocupar cadeiras no Legislativo. Mas cresceu em votos em 2017 e se tornou o terceiro maior partido no Legislativo.

10 O sistema eleitoral alemão, baseado no chamado voto misto, permite uma variação no total de deputados do Bundestag em cada eleição. Em 2017, essa variação resultou no recorde histórico de 709 deputados nomeados.

No caso francês, o partido-movimento também não conseguiu ainda participar efetivamente de uma aliança de governo. Na França, mais do que em qualquer um dos casos anteriores, o personalismo em torno de uma única liderança é forte: é Jean-Luc Mélenchon quem guia a alternativa francesa por entre o Partido Socialista e o Partido Comunista Francês. Desde o início da Quinta República, em 1958 até a vitória de Emmanuel Macron, em 2017, o país foi governado por um revezamento entre o PS e um partido conservador de centro-direita, em geral referenciado no gaullismo. Mas o programa exageradamente moderado do PS abriu as portas para o crescimento de um novo movimento político de esquerda. Dissidente do PS, Mélenchon organizou em 2008 um novo partido político, o Parti de Gauche (PG). Ao mesmo tempo, em 2008, criou uma aliança entre o PG e o PCF, a Front de Gauche. Candidato presidencial em 2012, obteve 11% dos votos no primeiro turno e a quarta posição, atrás de François Hollande, com 28%, Sarkozy, 27%, e Marine Le Pen, 18%. Em 2016, a Front de Gauche foi substituída por um novo movimento político, o França Insubmissa. Foi por esse partido-movimento que Mélenchon disputou a eleição presidencial de 2017, com o apoio do PCF, e alcançou novamente a quarta posição. A surpresa dessa eleição de 2017, no entanto, veio de um outro dissidente do PS: Emmanuel Macron. Macron foi ministro de François Hollande pelo PS, mas rompeu pela direita com o governo socialista e criou um novo movimento, o Em Marcha!, que o levou à vitória eleitoral. Com efeito, em seu governo, Macron reeditou de forma tardia a terceira via de Giddens. Apesar da quarta posição, o desempenho de Mélenchon foi expressivo: não passou para o 2º turno por menos de 2%.

Tabela 5 — Resultados do 1º turno das eleições presidenciais na França, em % — 2002-2017

Partido	2002	2007	2012	2017
Em Marcha!	-	-	-	24,01
Frente Nacional	16,86	10,44	17,90	21,30
RPR / UMP / Os Republicanos	19,88	31,18	27,18	20,01
Frente de Esquerda / França Insubmissa	-	-	11,10	19,58
Partido Socialista	16,18	25,87	28,63	6,36
Levantar a França	-	-	1,79	4,70
LCR / Novo Partido Anticapitalista	4,25	4,08	1,15	1,09
UDF / MoDem	6,84	18,57	9,13	-
Os Verdes	5,25	1,57	2,31	-
PCF	3,37	1,93	-	-

Fonte: elaboração própria do autor, com base em France (2021).

Dos cinco casos mencionados até aqui, quatro tratam de países com sistemas proporcionais de voto — a exceção é a França, que utiliza um sistema majoritário de dois turnos. Esses modelos eleitorais são mais propícios para o multipartidarismo e para o crescimento de novos partidos políticos. O mesmo não pode ser dito dos países com sistemas majoritários de um único turno, como os EUA e o Reino Unido. Por essa razão, nesses países não houve exatamente a criação de novos partidos políticos que possam ser considerados partidos-movimento. Mas isso não quer dizer que não haja mudanças na esquerda do espectro político desses países.

Entre os britânicos, a mudança se deu no interior do Partido Trabalhista. Já foi dito na seção anterior que em fins da década de 1990 o governo trabalhista de Blair inaugurou na política contemporânea aquilo que ficou conhecido como a terceira via. Essa terceira via trabalhista teve continuidade com o curto governo de Gordon Brown. Mas a crise econômica que assolou o mundo em 2008 também fez suas vítimas em solo britânico. Após 13 anos de governo do Labour, a fórmula se desgastou e, em 2010, os conservadores elegeram David Cameron como primeiro-ministro. Se a fórmula da terceira via não foi capaz de superar a crise econômica internacional e levou o Labour à derrota, um novo programa político precisaria ser proposto para os novos tempos de oposição. Num primeiro momento, a tarefa coube a Ed Miliband, que rompeu com o Novo Trabalhismo de Blair e Gordon e levou o partido mais à esquerda no espectro político. Mas a volta de Miliband ao “velho trabalhismo” não surtiu o efeito esperado e o partido saiu derrotado das eleições parlamentares de 2015. Após a derrota de 2015, Miliband renunciou à liderança do partido e em seu lugar assumiu Jeremy Corbyn, decisão que aprofundou ainda mais a rota do Labour para a esquerda. A eleição de Corbyn representou uma forte mudança interna no partido. Em geral, a liderança do partido era escolhida de acordo com a vontade da maioria parlamentar. Com Corbyn foi diferente. Sua escolha se deu pela votação esmagadora dos militantes do Labour contra o interesse da maior parte da bancada de deputados trabalhistas. Dito de outro modo, a eleição de Corbyn serviu como uma mensagem do Labour da sociedade civil para o Labour da sociedade política. Apesar de ser um veterano parlamentar trabalhista de 66 anos de idade, em 2015, Corbyn representava a agenda da juventude progressista britânica com sua pauta em defesa da Palestina e de posições antiausteridade, antiguerra e antinuclear. Ademais, o Momentum, grupo que oferece sustentação interna para Corbyn no partido, tem uma clara plataforma de partido-movimento, com iniciativas que buscam casar propostas de redistribuição com as de reconhecimento.

No Partido Democrata dos EUA ocorre processo bem semelhante ao britânico. Assim como aconteceu com os governos de Blair e Brown, nos EUA o governo democrata de Bill Clinton, na década de 1990, também abraçou o programa da terceira via. Os democratas perderam as eleições de 2000, quando George W. Bush foi eleito presidente. Para retornar à Presidência nas eleições de 2008, os democratas precisaram optar entre dois nomes em suas primárias: de um lado, com um programa de continuidade da terceira via, a senadora Hillary Clinton; de outro, com um programa de políticas sociais e

um pouco mais interventor na economia, o senador Barack Obama. Obama não apenas foi o escolhido como candidato democrata como foi eleito e reeleito presidente do país. Sua primeira eleição se deu exatamente no momento em que o país enfrentava a grande crise econômica de 2008. Concomitantemente ao governo de Obama, emergia na sociedade civil estadunidense um importante movimento antisistêmico: o Occupy Wall Street. O movimento teve início em 2011, no Zuccotti Park, em Manhattan, com a ocupação do principal centro financeiro do mundo, mas rapidamente se espalhou por todo país (CASTELLS, 2013). Inspirado nas mobilizações da Primavera Árabe, o Occupy consistiu em um protesto duradouro contra o sistema financeiro global, que havia buscado o apoio do Estado para sobreviver à grande crise de 2008 (GOHN, 2014; ŽIŽEK, 2012). De acordo com Chomsky (2013, p. 117), o Occupy demonstrou “uma clara preocupação e um claro compromisso com questões de desigualdade, o poder extraordinário das instituições financeiras, o papel das finanças e do dinheiro em geral na compra e na formatação das eleições”.

Esse movimento saiu da sociedade civil e entrou na disputa da sociedade política em 2015 quando o senador Bernie Sanders, representante de Vermont, foi indicado para disputar as prévias presidenciais do Partido Democrata. Entre abril de 2015 e julho de 2016, Sanders revolveu os meandros do Partido Democrata, envolveu jovens filiados ao partido e demonstrou um vigor militante entre os democratas que estava invisibilizado havia algum tempo. Não obstante toda essa energia, sua pré-candidatura foi derrotada e Hillary Clinton, com um programa de terceira via, foi a selecionada como candidata democrata para disputar a eleição de 2016 contra o *outsider* republicano Donald Trump. Trump foi eleito presidente, mas o vigor dos militantes pró-Occupy dentro do Partido Democrata permaneceu crescente. Essa energia renovadora deu mais um passo nas eleições legislativas de meio de mandato, realizadas em novembro de 2018, quando os democratas superaram os republicanos na Câmara de Representantes. O mais surpreendente des-

Foto: Michael Fleshman (<https://www.flickr.com/photos/fleshmanpix/>)



Movimento Occupy Wall Street: protesto no coração do sistema financeiro global

sa eleição não foi apenas a vitória dos democratas em oposição ao governo Trump, mas sim o fato de diversos jovens referenciados em Sanders terem sido eleitos. Organizados em torno do movimento Socialistas Democráticos da América, esses jovens foram eleitos com uma plataforma que une redistribuição e reconhecimento e estão alterando a correlação de forças internas do partido. Suas campanhas mobilizaram ativistas na sociedade civil e foram financiadas por milhares de pequenas doações, sem o apoio de grandes empresários. O rosto que melhor representa essa mudança é o de Alexandria Ocasio-Cortez, a jovem negra eleita deputada por Nova York, em 2018, contra a vontade do *establishment* democrata.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O Syriza e o Podemos abriram um espaço político, pois algo novo está acontecendo”, defende o geógrafo David Harvey (HARVEY, 2015). Podemos e Syriza “expressam precisamente a possibilidade de conjugar a consolidação de formas de auto-organização, de luta e de contrapoder em nível social, com um uso inovador dos dispositivos eleitorais e institucionais”, sustentam os filósofos Antonio Negri e Sandro Mezzadra (NEGRI; MEZZADRA, 2014). Com um tom de esperança, o historiador Immanuel Wallerstein sugere que apenas com os partidos-movimento a sociedade civil se reencontrará com a sociedade política e “poderemos ter alguma esperança de chegar à saída que desejamos — um sistema mundial relativamente democrático e igualitário” (WALLERSTEIN, 2015). Será? A teoria dos partidos políticos mais atual sugere que vivemos em uma época na qual os partidos políticos teriam se afastado da sociedade — *party on the ground* — para formar um certo sistema de cartel, com a sua agência voltada completamente para o Estado, para os cargos públicos — *party in public office* (MAIR, 1997). O que esse artigo buscou demonstrar foi que, em resposta ao modelo de partido de cartel, uma nova forma partidária emergiu nesse início de século XXI: o partido-movimento. A dúvida que nos assombra é se o partido-movimento permanecerá por muito mais tempo como um *party on the ground*, o que representaria uma mudança qualitativa no sistema partidário, ou se, com o passar dos anos, transformar-se-á em *party in public office*, o que confirmaria a tese de Mair.

* Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente realiza pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Organizador do livro *Engels 200 anos: ensaios de teoria social e política*.

► Texto recebido em janeiro de 2021; aprovado em fevereiro de 2021

AGOSTI, Aldo. As correntes constitutivas do movimento comunista internacional. In: HOBBSAWM, Eric (Org.). **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. v. 6, p. 45-82.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

BARKER, Rodney. O trabalhismo inglês: ideias básicas e experiências da “Fabian Society” aos dias atuais. In: SILVA, Maria Rosinda Ramos da (Org.). **A social-democracia alemã e o trabalhismo inglês**. Brasília: Editora UnB, 1982. p. 79-110.

BERLINGUER, Enrico. **A questão comunista**. Lisboa: Edições 70, 1976.

_____. **Democracia, valor universal**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

BRINGEL, Breno. 15-M, Podemos e os movimentos sociais na Espanha: trajetórias, conjuntura e transições. **Novos Estudos Cebrap**, n. 103, p. 59-77, nov. 2015.

BURNS, Conor. My fondest farewell to Margaret Thatcher. **The Telegraph**, London, apr. 2013.

CARRILLO, Santiago. **Eurocomunismo e Estado**. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

_____. Não existe Meca do socialismo. In: GARAUDY, Roger. **Toda a verdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 91-95.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHOMSKY, Noam. **Sistemas de poder: conversas sobre as revoltas democráticas globais e os novos desafios ao império americano**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A constituição de Weimar: um capítulo para a educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 63, p. 83-104, 1998.

DAMIANI, Marco; VIVIANI, Lorenzo. The new left in the European democracies: the case of the german radical left. **Partecipazione & Conflitto**, v. 8, n. 1, 2015.

DÉNIZ ESPINÓS, José. Podemos: ¿una salida española a la crisis?. **Ola financiera**, México, v. 8, n. 22, p. 2-24, 2015.

DUVE, Freimut. A política social-democrata na República Federal da Alemanha. In: JAGUARIBE, Helio (Org.). **A proposta social-democrata**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989. p. 68-87.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

ENGELS, Friedrich. Para a crítica do projecto de programa social-democrata de 1891. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Lisboa: Edições Avante, 1982. v. 3, p. 478-489.

_____. Prefácio. In: MARX, Karl. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 9-31.

ESPAÑA. Ministerio del Interior. **Consulta de resultados electorales**. 2021. Disponível em: <www.infoelectoral.mir.es/min/busquedaAvanzadaAction.html?vuelta=1&codTipoEleccion=2&codPeriodo=200803&codEstado=99&codComunidad=0&codProvincia=0&codMunicipio=0&codDistrito=0&codSeccion=0&codMesa=0>. Acesso em: 23 fev. 2021.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do *welfare state*. **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991.

FERNANDES, Luis. **A revolução bipolar: a gênese e derrocada do socialismo soviético**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2017.

FERNÁNDEZ, Juan Carlos Monedero. Política após a derrota da política: pós-democracia, pós-política e populismo. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENDES, José Manuel. (Org.) **Demodiversidade: imaginar novas possibilidades democráticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 157-180.

FIORI, José Luis. Estado de bem-estar social: padrões e crises. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 129-147, 1997.

FRANCE. Ministère de l'Intérieur. **Résultats de l'élection présidentielle**. 2021. Disponível em: <[www.interieur.gouv.fr/Elections/Les-resultats/Presidentielles/elecresult__presidentielle-2017/\(path\)/presidentielle-2017/FE.html](http://www.interieur.gouv.fr/Elections/Les-resultats/Presidentielles/elecresult__presidentielle-2017/(path)/presidentielle-2017/FE.html)>. Acesso em: 23 fev. 2021.

- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento: dilemas da justiça numa era "pós-socialista". **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14-15, p. 231-239, 2006.
- GERMANY. The Federal Returning Officer. **Bundestag election**. Wiesbaden, 2021. Disponível em: <www.bundeswahlleiter.de/en/bundestagswahlen/2017/ergebnisse/bund-99.html>. Acesso em: 23 fev. 2021.
- GIDDENS, Anthony. **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: Unesp, 1996.
- GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.
- HARVEY, David. David Harvey opina sobre renovação da esquerda. [Entrevista cedida a] Myke Watson. **Outras Palavras**, São Paulo, 15 abr. 2015.
- HELLENIC REPUBLIC. Ministry of Interior. **Elections**. 2021. Disponível em: <<https://ekloges.yypes.gr/en>>. Acesso em: 23 fev. 2021.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. **Revolucionários**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- IGLESIAS, Pablo. Entender Podemos. **New Left Review**, n. 93, p. 8-54, jul.-ago. 2015.
- JOFFILY, Mariana. **O socialismo na França e no Brasil durante a II Internacional Socialista (1889-1918)**. São Paulo: Alameda, 2012.
- JOHNSTONE, Monty. Um instrumento político de tipo novo: o partido leninista de vanguarda. In: HOBSBAWM, Eric (Org.). **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. v. 6., p. 13-43.
- KITSCHOLT, Herbert. **The transformation of European social democracy**. New York: Cambridge University Press, 1994.
- LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- _____; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015.
- LECLERCQ, Yves. **Teorias do Estado**. Lisboa: Edições 70, 1981.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. **A revolução proletária e o renegado Kautsky**. Nosso Tempo, 1971.
- _____. **Esquerdismo, doença infantil do comunismo**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004.
- _____. **Obras escolhidas**. Lisboa: Edições Avante, 1980. v. 1.
- _____. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LONGO, Luigi. Socialismo e liberdade. In: GARAUDY, Roger. **Toda a verdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 114-117.
- LOPES, João Teixeira. Para a refundação da esquerda. **Revista Vírus**, n. 4, set. 2008.
- LOSURDO, Domenico. **A esquerda ausente: crise, sociedade do espetáculo, guerra**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2016.
- LOWENTHAL, Richard. A social-democracia alemã: da Segunda Internacional aos nossos dias — ideias básicas e experiências. In: SILVA, Maria Rosinda Ramos da (Org.). **A social-democracia alemã e o trabalhismo inglês**. Brasília: Editora UnB, 1982. p. 111-133.
- LÖWY, Michael. **A teoria da revolução no jovem Marx**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MAIR, Peter. Os partidos políticos e a democracia. **Análise Social**, v. 38, n. 167, p. 277-293, 2003.
- _____. **Party system change: approaches and interpretations**. Oxford: OUP, 1997.
- _____; KATZ, Richard. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. **Party Politics**, v. 1, n. 1, p. 5-28, 1995.
- MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

- _____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MILIBAND, David (Org.). **Reinventando a esquerda**. São Paulo: Unesp, 1997.
- MORAES, João Quartim de. Contra a canonização da democracia. **Crítica Marxista**, n. 12, São Paulo, p. 9-40, 2001.
- MORAES, Reginaldo. **Bloco de Esquerda e Podemos**: dois experimentos de organização na nova esquerda europeia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.
- MOTTA, Luiz Eduardo. A respeito da questão da democracia no marxismo (a polêmica entre Althusser e Poulantzas). **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.13, p. 19-51, abr. 2014.
- NEGRI, Antonio; MEZZADRA, Sandro. Negri: um caminho para reanimar as lutas europeias. **Outras Palavras**, São Paulo, 25 jun. 2014.
- PONS, Silvio. **A revolução global**: história do comunismo internacional (1917-1991). Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- PORTUGAL. Ministério da Administração Interna. **Eleições legislativas 2015**. 2021. Disponível em: <www.eleicoes.mai.gov.pt/legislativas2015/index.html>. Acesso em: 23 fev. 2021.
- PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- RAMALHO, José Ricardo; SANTOS, Rodrigo. Huw Beynon: marxismo e sociologia. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 13-29, 2016.
- SALVADORI, Massimo. **Eurocomunismo e socialismo soviético**: problemi attuali del PCI e del movimento operaio. Torino: Giulio Einaudi, 1978.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia**: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.
- SOLTY, Ingar. The historic significance of the new German Left Party. **Socialism and Democracy**, p. 1-34, 2008.
- STEINBERG, Hans-Josef. O partido e a formação da ortodoxia marxista. In: HOBBSAWM, Eric (Org.). **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. v. 2., p. 201-221.
- STRAUSS-KAHN, Dominique. Um programa para os socialistas. In: JAGUARIBE, Helio. **A proposta social-democrata**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989. p. 104-137.
- THERBORN, Göran. **Do marxismo ao pós-marxismo?**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- TOGLIATTI, Palmiro. **Socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Ilha, 1980.
- WAINWRIGHT, Hilary. **Uma resposta ao neoliberalismo**: argumentos para uma nova esquerda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- WALDENBERG, Marek. A estratégia política da social-democracia alemã. In: HOBBSAWM, Eric (Org.). **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. v. 2, p. 223-255.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Wallerstein: a hora dos partidos-movimento. **Outras Palavras**, São Paulo, 15 jun. 2015.
- ŽIŽEK, Slavoj. **O ano em que sonhamos perigosamente**. São Paulo: Boitempo, 2012.